

Nossos credores prontos a negociar

Eles têm até um plano para capitalizar os juros da dívida. Mas querem que o Brasil primeiro apresente um plano de ajuste econômico.

Enquanto o Brasil prepara o pacote de ajustamento econômico que na opinião dos bancos trará as mesmas medidas que o FMI sugeriu (veja os planos de Sarney na 9), a comunidade bancária internacional discute as bases do programa de fornecimento de dinheiro novo ao País.

Até agora, os bancos parecem próximos de uma espécie de capitalização parcial dos juros da dívida externa brasileira, na medida em que a capitalização propriamente não pode ser feita, por causa da legislação bancária norte-americana. Os bancos planejam recorrer a outro mecanismo, cujo resultado seria idêntico.

Assim, e também como forma de evitar defecção de vários bancos, muitos efetivamente aderiram com a moratória brasileira, seria estabelecido o seguinte mecanismo: o engajamento de cada banco no fornecimento de dinheiro novo ao Brasil seria igual à metade do valor dos juros que ele teria a receber do País.

Significa, portanto, que os bancos dão um empréstimo ao Brasil para o pagamento

de metade da conta de juros da dívida externa. Na conta dos bancos, o Brasil deveria pagar cerca de US\$ 700 milhões mensais de juros. O saldo comercial tem sido insignificante, logo a constatação evidente é que uma solução seria mesmo fazer o "emprestímo contábil", tal como ocorria até 1982, quando foi deflagrada a crise da dívida, a partir da moratória mexicana.

Outras discussões técnicas estão em andamento: o engajamento dos bancos pode também ser estabelecido tendo como base o ano de 1982, ou tendo como base o ano passado. Parte-se mesmo para um certo consenso em torno da capitalização disfarçada dos juros, garante uma alta fonte financeira.

Discussões sobre **spread** (taxa de risco) e novo prazo de reescalonamento, segundo essa fonte são coisas do passado. O Brasil pode contar como certa a obtenção de um **spread** menor. Uma redução dos atuais 1,18% para 0,81% tal como o obtido pelo México, tendo como base a Libor — a taxa interbancária de Londres.

Um alongamento suplementar dos prazos de pagamento atingiria certamente até o ano 2007, pelo menos, envolvendo cerca de US\$ 50 bilhões da dívida brasileira. Assim, o prazo de pagamento da dívida se estenderia por um período de vinte anos, em vez de 14 ou 15 anos, com um período de carência de sete anos.

Outras eventuais vantagens já obtidas pelo México e pela Venezuela, por exemplo, serão certamente estendidas ao Brasil. Os bancos dizem estar dispostos a tudo isso, desde que o Brasil apresente nestes próximos 15 dias um plano de ajustamento econômico que signifique, efetivamente, "mudança radical e profunda na economia".

Bancos europeus acenam mesmo com a possibilidade de dispensa formal do acordo **standby** com o Fundo Monetário International, de forma a "facilitar" politicamente a tarefa do presidente Sarney, na adoção do "ajustamento econômico". Na prática, sugerem os bancos, as medidas seriam idênticas às que o FMI "indicaria". Assim, de forma

oficial, numa etapa posterior, o FMI informaria a comunidade bancária da "solidez" do programa brasileiro.

A maioria dos bancos reitera que não quer financiar "festa" no Brasil, lembrando o Plano Cruzado. "Houve o Plano I depois o Plano II, e, próximo às eleições, houve um relaxamento total. Depois, veio outro plano. Ora, o que esperamos é justamente que o ajustamento seja mantido e que os políticos tenham consciência de como isso é necessário", comenta um banqueiro. Os bancos estariam dispostos a "contribuir" para o fechamento do pacote de renegociações da dívida só depois que os governos, no âmbito do Clube de Paris, apressem seus acordos bilaterais com o Brasil. Depois, seria a vez do empréstimo do FMI, mesmo sem o **standby**. Finalmente, o Banco Mundial entraria em cena com co-financiamento. Os bancos comerciais entrariam com o dinheiro novo para pagar parte dos juros e assegurar um "nível de crescimento econômico".

Existe uma certa expectativa dos ban-

cos sobre o futuro da equipe do Ministério da Fazenda. A indagação que eles fazem é, primeiramente, se Funaro continua de fato e homem forte da economia. Segundo, permanecendo ele no governo, se não seria o caso de contar com mais "assessores". Isso quer dizer que certos bancos continuam a achar que a política econômica está sendo condizida de uma forma que continua a merecer reparos.

Um banqueiro suíço não esconde sua preocupação com a conjuntura brasileira: "É incrível porque a política econômica do Brasil piorou num momento em que, a nível internacional, as coisas lhe favoreciam". Os juros já chegaram ao nível mínimo, não tem mais jeito de baixar. E o preço do petróleo mostra que não haverá a mesma baixa do ano passado". Pior do que a moratória, afirma esse banqueiro, é a degradação da economia como um todo.

"Espera-se o remédio", comenta.

Assis Moreira, de Zurique

Plano dos japoneses

Uma companhia que vai comprar a dívida que o México tem com o Japão, repetindo depois este "ótimo" negócio com o Brasil, deverá ser anunciada hoje, em Tóquio.

A companhia vai se chamar **JBA Investors Inc.** e estará funcionando nas Ilhas Cayman a partir de 31 de março, amparada por 28 dos maiores bancos japoneses. Este intragante negócio do Japão foi definido por um banqueiro japonês como "basicamente, uma lata de lixo onde todos os bancos jogarão seus empréstimos", falando anônimeamente a **The Wall Street Journal**. Ao que um banqueiro brasileiro em Nova York comentou, ao ser consultado ontem pelo JT:

— Uma lata de lixo, sim. Mas todos os papéis jogados dentro valem uma dedução no Imposto de Renda japonês.

Os bancos japoneses jogarão primeiro na **JBA Investors** o empréstimo mexicano no valor de seis bilhões de dólares. Alguns tempo depois, o brasileiro, num total de dez milhões de dólares. Como acionistas, receberão dividendos se forem pagos juros ou o próprio principal. Se não, quem levará o prejuízo será a própria companhia, que começará com um capital de 84 mil dólares.

— Mas o que é que os japoneses estão querendo? — pergunta-se.

— Isto ainda não está respondido claramente — lamenta um banqueiro brasileiro muito interessado neste negócio do Japão. Parece que o problema dos japoneses é o de arrumar os seus balanços. E estão contando obviamente com o Ministério da Fazenda do Japão, pois ele inclusive ofereceu orientação em regras cambiais e procedimentos.

A **JBA** entra no mercado no oportuno momento em que o Brasil suspendeu o pagamento dos juros de sua dívida, como lembra **The Wall Street Journal**. O Japão detém o título de segundo maior credor do Terceiro Mundo, vindo os Estados Unidos em primeiro lugar. São 30 bilhões de dólares em créditos, mas se eles não forem devolvidos "nenhum banco japonês ficará tecnicamente em bancarrota", segundo um analista bancário norte-americano.

Com a **JBA**, calcula-se, os bancos japoneses ficarão aos poucos livres do problema de seus créditos ao Terceiro Mundo, especialmente para o México e o Brasil. Em menos de 15 anos, se tanto, terão transferido seus prejuízos para a Receita Federal de seu país, o que os bancos norte-americanos não podem fazer sem uma mudança na legislação norte-americana.

A vantagem imediata, se o Brasil for contemplado pela **JBA** depois do México, segundo um banqueiro brasileiro em Nova York, "é que não terá um credor nervoso a atormentá-lo: o credor já abateu do Imposto de Renda".

Moisés Rabinovici, de Washington

Menor prazo de crédito

A comunidade bancária internacional, ainda "abalada" com a decisão do Brasil de suspender o pagamento dos juros da dívida externa, reduziu de 360 para 90 dias os prazos das linhas de crédito comercial e interbancário de curto prazo para o País, cujos contratos expiram no próximo dia 31.

A redução do prazo, porém, não significa redução do montante do crédito, que será mantido nos US\$ 15 bilhões, sendo cerca de US\$ 10 bilhões de crédito comercial e US\$ 5 bilhões de interbancário. A renovação será feita de forma quase automática, informou ontem alta fonte do mercado financeiro suíço.

O **spread** (taxa de risco) dos contratos também certamente será mantido em 1,18%. Na verdade, existem vários tipos de **spread**, porque tudo depende dos riscos da operação, de documentos, e não apenas do risco político-econômico do País.

Pelo menos, 80% dos bancos credores do Brasil aceitariam a renovação das linhas de curto prazo, embora ainda irritados com seu congelamento por parte do Brasil, depois do anúncio da moratória, na última semana de fevereiro. Vários bancos americanos e europeus, explicava uma autoridade bancária, prefeririam não estar comprometidos com linhas de crédito de curto prazo com o Brasil, "mas a esta altura não resta outra coisa senão continuar renovando-as".

De qualquer forma, acrescenta essa fonte, espera-se resistência de uma parte dos bancos, por causa da decisão da moratória brasileira. Foi uma decisão que, a rigor, não surpreendeu, porque as contas externas do País demonstravam claramente seu nível de degradação, mas ainda assim bancos de menor porte tiveram reforçada sua posição de tentar "sair do risco".

As linhas de crédito de curto prazo atualmente têm vários prazos, sendo 360 dias o limite máximo. Assim, vários contratos vão terminar depois do dia 31 e serão renovados quase automaticamente, tudo conforme uma mesma regra: renova-se pela metade. Se o crédito era de 360 dias renovase por 180, de 180 por 90 e assim por diante.

O fato — afirma uma autoridade bancária — é que a comunidade bancária precisa dar condições ao Brasil de exportar e, com isso, voltar a honrar seus compromissos.

Os bancos ainda não têm uma idéia exata de quanto o Brasil pode obter de saldo comercial este ano. Primeiro, falou-se em US\$ 12 bilhões, depois em US\$ 10 bilhões, mais recentemente, em US\$ 8 bilhões e agora se fala em US\$ 6 bilhões apenas. Os bancos não escondem porém que prefeririam ver o Brasil fazendo "um esforço" para obter um saldo comercial de US\$ 10 bilhões.

(A.M.)

“Éxito na negociação”

O governo do Brasil “está blefando” quando afirma que não pagará dívidas vencidas no montante de US\$ 2 bilhões, disse o presidente da Bankamerica Corp., A.W. Clausen. A notícia, dada pelo **Journal of Commerce**, acrescenta que, pelas previsões de Clausen, o País conseguirá reescalonar com êxito este ano suas obrigações financeiras internacionais. Prova disso é que o Citicorp e o banco Continental Illinois estudam a introdução de mudanças em seu sistema contábil para assimilar os prejuízos resultantes dos empréstimos não pagos pelo Brasil, noticiou ontem a agência **Ansa**.

A Bankamerica, subsidiária do Bank of America, é o terceiro maior credor bancário do Brasil nos Estados Unidos: empregou US\$ 2,7 bilhões de dólares. Este e outros bancos talvez sofram “algumas consequências negativas”, admitiu Clausen, ressalvando: os bancos privados internacionais “não passam por uma grave crise” diante da moratória.

Clausen também procurou minimizar a importância das declarações do ministro Dilson Funaro, da Fazenda, ao **Wall Street Journal** do último dia 16, de que o governo brasileiro não descarta a possibilidade de um confronto com os bancos credores estrangeiros para conseguir “mudanças radicais” no tratamento da dívida externa situada em US\$ 108 bilhões. Argumentou que a posição do Brasil seria “meramente tática, conforme compete a um país que está refinanciando sua dívida”.

No dia 16, circulou entre os bancos de Nova York notícia de que a Bankamerica comunicaria às autoridades das bolsas norte-americanas que poderia ver-se obrigada a declarar improdutivos vários empréstimos ao Brasil no montante de US\$ 1,5 bilhão. Mas, segundo o **Journal of Commerce**, o Bank of America pretende empregar recursos resultantes da venda de uma parte considerável de seu patrimônio para reduzir o impacto do não-pagamento dos empréstimos concedidos ao Brasil. Com o mesmo objetivo, o banco usará recursos a serem obtidos de uma emissão de valores no total de US\$ 1 bilhão de dólares.

Com esse expediente o banco abre mão do lançamento da dívida brasileira na conta dos compromissos insolúveis e pensa em mantê-la no seu ativo, a exemplo do projeto do Continental Illinois, um dos maiores bancos norte-americanos. Se o Continental adotar a medida, pode assistir no primeiro trimestre à queda de US\$ 10 milhões em sua renda bruta — prejuízo que, até o final do ano, talvez chegue a US\$ 35 milhões, segundo a **Ansa**.

A atitude do Continental dá mostras de que o banco não pretende abrir mão de seu papel de credor e reforça, entre alguns observadores, o receio de que os bancos norte-americanos mantenham a intenção de recusar os pedidos de novos empréstimos de que o Brasil precisa para pagar não só as dívidas como também fazer investimentos produtivos.